



**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
VEREADOR LULA TÔRRES**

EMENDA ADITIVA / 2017

Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 7636/2017, de autoria do Poder Executivo, que institui o Plano Plurianual do Município de Caruaru, para o período 2018/2021 e dá outras providências.

Acresce ao programa 1.4 – AQUISIÇÃO DE HARDWARE E SOFTWARE PARA O PODER LEGISLATIVO, da Câmara Municipal de Caruaru, que passa a ter a seguinte redação:

Programa: AQUISIÇÃO DE HARDWARE E SOFTWARE PARA O PODER LEGISLATIVO, INCLUINDO O SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL, COM O OBJETIVO DE ACOMPANHAR COM MAIS AGILIDADE E PRECISÃO O ANDAMENTO DOS PROCESSOS INTERNOS, TORNANDO-OS MAIS CÉLERES.

JUSTIFICATIVA

A emenda que ora encaminho a esta Casa Legislativa visa acrescentar a ação: aquisição de hardware e software para o poder legislativo, incluindo o sistema de certificação digital, com o objetivo de acompanhar com mais agilidade e precisão o andamento dos processos internos, tornando-os mais céleres. A certificação digital funciona como um documento que recebe uma assinatura digital, um código que, enviado por vias digitais, pode ser usado por quem recebe para desbloquear e abrir uma mensagem – a mensagem certificada. Esse tipo de sistema é de extrema importância, pois, por exemplo, ao invés de um departamento enviar a outro, várias páginas de um processo legislativo/administrativo para análise, é possível enviar a assinatura digital, que possibilita a abertura do mesmo processo, com segurança, sigilo e sem necessidade de impressão do documento. Logo, a certificação digital traz segurança para os procedimentos administrativos e financeiros, eliminando toneladas de papel e ampliando a transparência da Casa Legislativa.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 2017.

Vereador LULA TÔRRES
Autor

Rua XV de Novembro, 201 | Nossa Senhora das Dores | Caruaru-PE | CEP 55.004-903 | Tel: (81) 3701-1850
www.camaracaruaru.pe.gov.br | camara.caruaru@uol.com.br | CNPJ 11.472.180/0001-20

SAPL - <http://www.sapl.caruaru.pe.leg.br>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.